

## **A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder**

### *Genealogy as a historical method of analysis of practices and power relations*

<http://dx.doi.org/10.5007/2178-4582.2017v51n2p311>

**Kleber Prado Filho**

*Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (Uniarp), Caçador/SC, Brasil*

A questão metodológica é da maior importância nas análises históricas de Michel Foucault, tanto que em diferentes momentos da sua produção acadêmica e intelectual ele desenvolve, aplica e literalmente experimenta diferentes estratégias e problematizações metodológicas, propostas em termos de arqueologia do saber, genealogia do poder e genealogia da ética. Mas falar em métodos no contexto dos estudos históricos do autor é problemático à medida que não há propostas unitárias, com procedimentos fixos definidos a priori, mas indicações, regras de prudência, problematizações e estratégias móveis, aplicáveis a diferentes problemas e questões, em diferentes situações e contextos. A reflexão apresentada neste artigo percorre trajetórias metodológicas em alguns estudos genealógicos de Foucault, não no sentido de compor um método fixo e unitário mas de apontar possibilidades de aplicação metodológica a partir de uma perspectiva genealógica. Esta reflexão pretende ainda destacar decorrências políticas do emprego de estratégias genealógicas de análise.

Palavras-chave: genealogia; método genealógico; Michel Foucault.

*The methodological issue is very important in the historical analyses of Michel Foucault thus in different moments of its intellectual and academic production he develops, applies and literally experience different strategies and methodological problematization - propositions in terms of "archeology of knowledge", "genealogy of power" and "genealogy of ethics". But talking about methods in the context of his historical studies is problematic as a priori there are no unitary proposals with define and settle procedures, but there are indications - "prudence rules" - problematizations - and mobile strategies - applicable to problems and questions in different situations and context. The reflection introduced by this article drives you into some methodological pathways in some Foucault's genealogical studies, -not intending to be part of a unitary and settle method but directing to possibilities of methodological application through a genealogical perspective. This reflection intends to highlight political consequences of using genealogical strategies of analyses.*

Keywords: Genealogy; genealogic method; Michel Foucault.

### **A problematização genealógica no contexto das análises históricas de M. Foucault**

Apesar de serem relativamente conhecidos não deixam de causar estranheza, até mesmo aos seus leitores mais assíduos, os deslocamentos metodológicos de Foucault ao longo de aproximadamente trinta anos de prolífica produção acadêmica e intelectual.

Nos anos 1960 – mais precisamente de 1963 a 1969 – ele dedicou-se à formulação de um método histórico singular de análise de discursos denominado arqueologia do saber, que pretendia tratar os discursos politicamente como

práticas, por seus efeitos de verdade, e na sua exterioridade, descentrando de representações, significados e sentidos, buscando expor suas condições históricas de possibilidade e emergência.

Nos anos 1970 ele passou a se dedicar ao desenvolvimento de um método histórico de análise de relações e práticas de poder, por ele mesmo denominado genealogia do poder, problematizando os biopoderes modernos: disciplinas e biopolíticas, os dispositivos, a objetivação dos corpos, jogos de poder operando como microfísica. Deslocamento de objeto – dos saberes para os poderes – deslocamento de método: de uma estratégia arqueológica para uma estratégia genealógica.

Nos anos 1980, em seus últimos trabalhos, Foucault propôs e aplicou um método de análise de subjetivações, ou de relações do sujeito consigo mesmo, que compõem uma ética, um governo sobre si mesmo. E nesta passagem de uma genealogia das práticas de poder a uma genealogia das relações éticas, mais uma vez, deslocamento: de perspectiva – dos jogos de objetivação dos sujeitos para práticas de subjetivação – e de objeto, da produção do/pelo outro para as relações e trabalhos consigo mesmo.

Interessam particularmente nesta reflexão os desenvolvimentos da genealogia como método de análise de relações, jogos e práticas de poder, enfrentamentos entre forças, atento às rupturas e descontinuidades históricas. Mas a genealogia do poder de M. Foucault não é tão delineada nem compõe um corpo coeso, unitário e uniforme de estudos que garantam evidência ao método – ela apresenta desníveis que implicam certa diversidade de problematizações. Neste sentido, busca-se reunir no contexto dos seus estudos genealógicos elementos relativamente dispersos em alguns de seus trabalhos, para resgatar aquilo que poderia ser considerado uma proposta de método. O emprego da genealogia como método histórico não é propriamente uma invenção foucaultiana, mas resulta de desdobramentos da proposta metodológica nietzschiana, da qual Foucault se apropria e aplica como instrumento na análise do nosso presente, das nossas relações, da constituição dos nossos corpos e subjetividades.

Então, falar em método nesta perspectiva crítica requer algumas considerações importantes: primeiro, lembrar que é método histórico centrado na análise de documentos, o que tem implicações em termos de limites colocados à análise do discursos de sujeitos; depois, enfatizando, é **método**, não metodologia, uma vez que não desce ao nível de um detalhamento dos procedimentos, configurando algumas prescrições de prudência, nas suas próprias palavras; mais ainda: não é método *a priori*, proposta definida aplicável genericamente a qualquer estudo histórico, mas deve ser estratégia traçada para cada situação específica, em correlação

direta com o objeto e problema de pesquisa, construídos, todos, num mesmo movimento.

Isto não deve ser tomado como imprecisão, descuido metodológico ou falta de rigor, muito ao contrário. Foucault é rigoroso não no sentido positivista do termo nem pela reprodução de um olhar continuísta sobre a história, mas pela atenção à singularidade dos acontecimentos e às descontinuidades históricas, também, pela sensibilidade de perceber o caráter estratégico, móvel e por isso mesmo político, de uma aplicação metodológica, sem desligar saber e poder, teoria e prática. Assim, a genealogia deve ser entendida centralmente como método de análise de práticas microfísicas, de relações moleculares e de produção de corpos concretos, proposto como ferramenta e instrumento para o esboço de uma história do presente, que possibilita, em última instância, uma crítica e a transformação do nosso mundo e daquilo que somos.

Resta enfatizar que a questão metodológica é da maior importância nos estudos de Foucault, tendo em conta a diversidade de textos onde ele se dedica ao tema e a própria diversidade das suas propostas metodológicas. E o esforço no sentido de recolher elementos metodológicos em seus escritos se justifica pela crescente demanda observável hoje em torno de pesquisas e estudos genealógicos, tanto dentro quanto fora da academia.

Feitos tais apontamentos, passaremos a percorrer as trajetórias da formulação de um método genealógico em alguns de seus trabalhos que se fazem fundamentais a esta tarefa, a saber: o texto “Nietzsche, a genealogia e a história”, de 1971, onde ele resgata a proposta original nietzschiana; o capítulo sobre as disciplinas do livro *Vigiar e punir*, de 1975, onde ele trata do poder disciplinar e da produção de “corpos dóceis e úteis” nas sociedades modernas; o capítulo metodológico de *A vontade de saber*, de 1976, onde ele formula a sua análise do poder; e um texto tardio publicado originalmente por Dreyfus e Rabinow nos Estados Unidos no início dos anos 1980, intitulado, *O sujeito e o poder*, onde ele aborda a questão das práticas de resistência e das formas contemporâneas de luta e enfrentamento social.

### **A genealogia como análise de proveniências históricas e emergências de forças**

No texto “Nietzsche, a genealogia e a história” Foucault recoloca sua crítica à história das origens – agora de uma perspectiva genealógica<sup>1</sup> – apontando certo hábito vicioso de busca e retorno às origens históricas, observável entre

---

1 Ele já havia feito isto de uma perspectiva arqueológica na Introdução de *A arqueologia do saber*, agora o faz em termos genealógicos.

os historiadores. Ali ele discute diferentes empregos do termo *Ursprung* nos escritos do filósofo alemão, colocando em evidência aquilo que denomina “os três postulados da origem”:

- Uma busca pela essência das coisas, seu segredo, “sua identidade recolhida em si mesma”, sua forma pura, primeira, anterior a todo recobrimento histórico, todas as apropriações e nomeações;
- Certo rito de solenidade que mitifica e glorifica os começos históricos;
- A suposição de que na origem das coisas encontra-se sua verdade anterior a todo e qualquer conhecimento positivo.

Colocando a metafísica sob suspeita o genealogista pode voltar-se à historicidade cambiante dos fluxos e perceber que o começo das coisas não é solene, mas baixo e mesquinho; que sua origem não é o lugar da verdade nem sua essência, mas é disparate, ponto de discórdia, de disputa e enfrentamentos. A genealogia se debruça minuciosa e pacientemente sobre a singularidade dos acontecimentos, recusando a pesquisa das origens, os desdobramentos meta-históricos e as indefinidas teleologias.

Fazer a genealogia dos valores, da moral, do ascetismo, do conhecimento não será, portanto, partir em busca de sua “origem”, negligenciando como inacessíveis todos os episódios da história; será, ao contrário, se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos; prestar uma atenção escrupulosa à sua derrisória maldade; esperar vê-los surgir, máscaras enfim retiradas, com o rosto do outro; não ter o pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fond*; deixar-lhes o tempo de elevar-se do labirinto onde nenhuma verdade as manteve jamais sob sua guarda. O genealogista necessita da história para conjurar a quimera da origem, um pouco como o bom filósofo necessita do médico para conjurar a sombra da alma. É preciso saber reconhecer os acontecimentos da história, seus abalos, suas surpresas, as vacilantes vitórias, as derrotas mal digeridas, que dão conta dos atavismos e das hereditariedades; da mesma forma que é preciso saber diagnosticar as doenças do corpo, os estados de fraqueza e de energia, suas rachaduras e suas resistências para avaliar o que é um discurso filosófico. A história, com suas intensidades, seus desfalecimentos, seus furores secretos, suas grandes agitações febris como suas sínopes, é o próprio corpo do devir. É preciso ser metafísico para lhe procurar uma alma na ingenuidade longínqua da origem. (FOUCAULT, 1984, p. 19-20).

Marcando diferença em relação à pesquisa das origens sugerida pela palavra *Ursprung*, considera Foucault que outros termos designam melhor o objeto da genealogia: *Entstehung* e *Herkunft*, traduzidos, respectivamente, como

emergência e proveniência, que funcionam como operadores metodológicos das análises genealógicas.

Herkunft indica o “tronco da raça”, “o antigo pertencimento a um grupo” (FOUCAULT, 1984, p. 20), que atravessa fluxos históricos e se apresenta entre nós com outras roupagens, no entanto, trazendo consigo as marcas da sua história. Remete à constituição do corpo, tomado como “superfície de inscrição dos acontecimentos” (FOUCAULT, 1984, p. 22), expondo as forças que atuaram na sua produção e na sua destruição, sendo que a genealogia, entendida como análise da proveniência, encontra-se no ponto de articulação do corpo com a história.

A análise da proveniência afasta-se da pesquisa da origem à medida que não busca percorrer retrospectivamente algo como um fio condutor da história para retornar a um ponto originário onde tudo começou, mas volta sua atenção para a proliferação dos acontecimentos, para o entrecruzamento de fluxos e para a multiplicidade de forças em jogo num processo histórico. Ela coloca em movimento o que parecia estático e fragmenta o que parecia unido, mostrando a heterogeneidade e dispersão dos acontecimentos.

Nada que se assemelhasse à evolução de uma espécie, ao destino de um povo. Seguir o filão da proveniência é, ao contrário, manter o que se passou na dispersão que lhe é própria: é demarcar os acidentes, os ínfimos desvios – ou ao contrário as inversões completas – os erros, as falhas na apreciação, os maus cálculos que deram nascimento ao que existe e tem valor para nós; é descobrir que na raiz daquilo que nós conhecemos e daquilo que nós somos – não existem a verdade e o ser, mas a exterioridade do acidente. Eis porque, sem dúvida, toda origem da moral, a partir do momento em que ela não é venerável – e a Herkunft nunca é – é crítica. (FOUCAULT, 1984, p. 21).

*Entstehung* designa emergência, assinalando o ponto singular de um surgimento ou do aparecimento de algo, acontecimento que se produz nos interstícios e atravessamentos de fluxos, resultando do confronto de forças em jogo, o que a coloca em relação com a análise da proveniência, que se ocupa de expor esses enfrentamentos. Um surgimento histórico nunca deve ser tomado como termo final de um fluxo, mas como episódio atual em toda uma série de sujeições e submissões que não se encerra ali e permanecerá em luta, resultando em outros surgimentos; portanto, a emergência é aquilo que dá visibilidade a uma equação de forças. Ela mostra a entrada em cena das forças, quando estas passam dos bastidores ao palco.

A genealogia cruza a análise das proveniências com a pesquisa das emergências, buscando dar visibilidade à *Wirkliche Historie*, nas palavras

de Nietzsche, termo traduzido como história efetiva. Esta se distancia da história supra-histórica – que é progressiva, teleológica e centrada em mitos de origem – expondo as sujeições e violências, os enfrentamentos e lutas pela interpretação dos acontecimentos e apropriação das regras que regulam o jogo político.

### **A análise de práticas disciplinares como instrumento para uma genealogia do indivíduo moderno**

O livro *Vigiar e punir* (FOUCAULT, 1987) percorre, correlativamente, as trajetórias de uma genealogia do poder e de uma genealogia dos indivíduos, na sua problematização da produção de corpos dóceis e úteis pelas disciplinas no limiar da modernidade. O estudo histórico ali realizado mostra a emergência, no Ocidente, do biopoder e das práticas disciplinares, sua formação e seus desdobramentos, que passam pela difusão da vigilância, pelo desenvolvimento das técnicas de exame e pela aplicação do poder da norma como prática de regulação das condutas individuais.

As disciplinas produzem não apenas corpos, mas também subjetividades; não somente corpos serializados, mas, ainda, individualizados e devidamente identificados. A sociedade moderna é uma sociedade formada por indivíduos e a individualidade é uma forma de existência moderna, correlativa do moderno estatuto do indivíduo, que desenha esta figura, enuncia seus privilégios e regula limites ao exercício da individualidade. Ser sujeito moderno implica existir concretamente como indivíduo, o que quer dizer que a objetivação de sujeitos em nossa cultura se faz a partir da aplicação de técnicas de individualização.

Deve-se notar que ao longo de aproximadamente quatro séculos as sociedades ocidentais desenvolveram uma poderosa tecnologia de produção de indivíduos: desde a formação da anátomo-política durante o século XVII, passando pelos desdobramentos das práticas de vigilância e das aplicações do poder da norma no século XVIII, pelo desenvolvimento de toda uma tecnologia de governo das condutas ao longo do XIX, e ainda, pela formação de saberes e técnicas psicológicas de normalização e de intervenção sobre a subjetividade, durante todo o século XX.

Mas, como se produz indivíduos em nossas sociedades? Pela aplicação, inicialmente, de práticas de separação e individualização de corpos; depois, pelo acionamento de jogos de identificação, que marcam cada indivíduo, ligando-o à sua identidade; em seguida, pela aplicação de técnicas de exame, possibilitando a comparação e classificação entre eles; e ainda, pela aplicação do poder da norma, marcando, incluindo ou excluindo, patologizando e corrigindo desvios, normalizando e regulando suas condutas individuais.

Individualização + identificação + comparação + normalização = conjuntos de práticas articuladas, tecnologias solidárias, camadas superpostas, etapas sucessivas da produção de indivíduos em nossa cultura.

Destacam-se aí alguns instrumentos: a anátomo-política como tecnologia disciplinar de produção de corpos; o exame como técnica de saber e de produção de verdades sobre os indivíduos, precursor das tecnologias de avaliação psicométrica e psicológica emergentes na primeira metade do século XX; a norma, como tecnologia de regulação e condução das condutas, forma de exercício de poder predominante nas sociedades modernas.

Também alguns enunciados podem ser vistos em circulação nesse campo de práticas: a individualidade como forma concreta de existência, correlativa do estatuto do indivíduo, que separa e isola cada um; a identidade como forma de marcação que expõe o indivíduo a uma dupla visibilidade e vigilância – pelos outros e por si mesmo – obrigando à repetição e fixação de si; a normalidade como regra, como média, como princípio comparativo que obriga a ser igual aos outros, conforme à norma, um sujeito normal.

A genealogia do indivíduo moderno mostra a ação articulada de dispositivos de produção de corpos e de identificação de indivíduos, atuando em solidariedade com dispositivos de normalização e regulação das suas condutas:

É, portanto, sobre “indivíduos” – sujeitos separados, marcados, serializados e identificados – que se aplicam procedimentos de normalização, em diferentes movimentos: normatizando, definindo a priori critérios “técnicos”, índices, médias, curvas e todo um conjunto de medidas comparativas; depois, aplicando instrumentos de avaliação buscando levantar o perfil particular de cada indivíduo; na sequência, remetendo cada um à norma definida para o seu grupo, comparando e classificando os indivíduos entre si, ainda marcando os desvios da cada um em relação à média; depois, isolando, marcando, diagnosticando e nomeando cada tipo de desvio como forma patológica; e, finalmente, aplicando aos desvios todo um conjunto de procedimentos terapêuticos, ortopédicos e corretivos, buscando reconduzir o desviante à faixa de normalidade. (PRADO FILHO, 2010, p. 187-188).

A genealogia dos indivíduos não trata da autonomia nem da liberdade dos indivíduos – universais iluministas operantes na filosofia moderna e no moderno estatuto do indivíduo – mas de submissão e sujeição, que nada têm a ver com formas de exploração ou dominação. Modos de exploração e dominação remetem à “grande política”, aos fluxos molares de poder: a expropriação capitalista generalizada, a opressão massiva do Estado, a política

institucional. Já, relações de submissão e práticas de sujeição remetem a fluxos moleculares, à capilaridade do poder, à sua dispersão: sua microfísica.

Deriva daí ser inadequado aplicar princípios genealógicos em análises de relações ou jogos institucionais e/ou organizacionais de poder, como é inadequado dar visibilidade a atores e agentes sociais em análises genealógicas, do mesmo modo que é igualmente inadequado proceder análises arqueológicas de discursos ouvindo sujeitos.

O que está em questão aqui são diferentes conceitos e diferentes práticas concretas de poder: uma perspectiva microfísica, que trata relações de poder como investimentos na vida e nos corpos, em sua multiplicidade, heterogeneidade e capilaridade, formando redes acêntricas, produzindo sujeitos, normalizando e regulando suas condutas, em contraposição a uma abordagem centrada num tipo de exercício de poder verticalizado, opressivo, restritivo, formalista e legalista, que se cristaliza em formas institucionais, emana do Estado e se apresenta como exploração ou dominação de massas. Uma concepção positiva de poder – biopoder – que faz foco nas práticas, relações, jogos, enfrentamentos e movimentos capilares, expondo sua capacidade de produzir objetos, realidades, corpos e subjetividades, contra uma concepção negativa, que pensa “o poder” em bloco, concentrado, na sua visibilidade institucional, em seus fluxos molares, sua capacidade de proibir, dizer não, e em seus efeitos de dominação.

### **A analítica do poder como instrumento para a genealogia:**

Aquilo que Foucault denomina analítica do poder no livro *A vontade de saber* (FOUCAULT, 1988) não deve ser tomado como uma teoria sobre o poder, nem como método unitário e sistemático de análise “do poder”, mas como conjunto flexível de prescrições de prudência a serem empregadas na análise de relações de poder. E como esse é um campo de múltiplas possibilidades, significa que tais regras podem e devem ser aplicadas de forma estratégica e singular a objetos e problemas diversos, buscando dar visibilidade a um campo de forças em luta que se forma em torno de questões prementes para uma sociedade, em certo tempo, tais como criminalidade, loucura, sexualidade, normalização das condutas individuais, entre outras.

Tal perspectiva de análise se afirma contra aquilo que ele caracteriza de maneira crítica como abordagem jurídico-discursiva do poder, formada por um conjunto de pressupostos e concepções que atravessam toda a tradição da teoria política moderna, de Thomas Hobbes no século XVII, a Max Weber, já no século XX. Seus traços principais são:

- a relação negativa, que trata poder como opressão e dominação;
- a instância da regra, que coloca o exercício de poder em termos de aplicação da lei;
- o ciclo da interdição, contrapondo poder x desejo, tratando poder como repressão;
- a lógica da censura, centrada na proibição de atos e palavras, e na negação da existência;
- a unidade do dispositivo, que limita o poder à sua visibilidade institucional, localizando-o no Estado, tomado como fonte e núcleo do poder.

Não se trata, no entanto, de negar a existência do Estado e das instituições, de ignorar o império da lei sob o qual vivemos, ou de menosprezar as formas de dominação às quais estamos sujeitos, mas da aplicação de uma perspectiva que busca descentrar a política, deslocando a análise dos fenômenos de poder desse eixo formado pelo Estado e suas instituições, para fazer foco na multiplicidade das práticas cotidianas, na rede microfísica de relações que se forma, nos jogos estratégicos, nas pequenas sujeições, nos fluxos e movimentos em um campo onde forças se enfrentam.

É nesse campo das correlações de força que se deve tentar analisar os mecanismos de poder. Com isso será possível escapar ao sistema Soberano-lei que por muito tempo fascinou o pensamento político. E se é verdade que Maquiavel foi um dos poucos – e nisso estava certamente o escândalo do seu “cinismo” – a pensar o poder do Príncipe em termos de correlações de força, talvez seja necessário dar um passo a mais, deixar de lado a personagem do Príncipe e decifrar os mecanismos de poder a partir de uma estratégia imanente às correlações de força. (FOUCAULT, 1988, p. 92).

Assim, marcando diferença em relação à tradição da teoria política moderna, Foucault apresenta a proposta da sua analítica do poder no capítulo de *A vontade de saber*, intitulado “Método”:

1. o poder não tem substância, não é algo que se adquira, mas é de ordem relacional e se exerce a partir de pontos diversos, em relações móveis e desiguais;
2. o poder não é uma força vertical aplicada em sentido descendente, mas vem de baixo, implicando uma multiplicidade de relações ascendentes que podem produzir um efeito de dominação massiva – não há uma matriz geral, nem oposição binária entre dominadores x dominados;

3. todos os tipos de relação – sociais, econômicas, afetivas, sexuais, de conhecimento – são relações de poder;
4. “as relações de poder são ao mesmo tempo intencionais e não subjetivas”, (FOUCAULT, 1988, p. 90) sendo exercidas com vistas a alvos e objetivos, o que significa que independem de escolhas e ações de sujeitos;
5. “onde há poder há resistência” (FOUCAULT, 1988, p. 91), indicando que a resistência é inerente às relações de poder, manifestando-se em intensidade proporcional à força aplicada – não existe resistência senão num campo estratégico de relações de poder.

Essa passagem sintetiza a proposta:

Trata-se, em suma, de orientar, para uma concepção de poder que substitua o privilégio da lei pelo ponto de vista do objetivo, o privilégio da interdição pelo ponto de vista da eficácia tática, o privilégio da soberania pela análise de um campo múltiplo e móvel de correlações de força, onde se produzem efeitos globais, mas nunca totalmente estáveis de dominação. O modelo estratégico, ao invés do modelo de direito. (FOUCAULT, 1988, p. 97).

E como modelo estratégico a analítica do poder possibilita ainda, em última instância, cartografar um dispositivo: desenhar um esboço da sua rede, traçar um diagrama das suas múltiplas linhas força, de seus jogos de verdade e enunciação, das suas práticas de objetivação e subjetivação, expondo seus efeitos de subjetividade, bem como, suas linhas de ruptura e de fuga<sup>2</sup>. Essa é exatamente a estratégia metodológica adotada em *A vontade de saber*: analisar a formação histórica e as ações do dispositivo de sexualidade nas sociedades ocidentais modernas, dando visibilidade às suas práticas de sexualização, que inscrevem a sexualidade nos corpos dos indivíduos, a partir de jogos de enunciação, normalização e objetivação.

### **A genealogia como análise de práticas de resistência e instrumento para um diagnóstico do presente**

No texto “O sujeito e o poder”, (RABINOW; DREYFUS, 1995) originalmente publicado pelos autores nos Estados Unidos no início dos anos 1980, Foucault retoma a temática da análise das relações de poder, posta

---

2 A respeito de cartografia pesquisar: PRADO FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi** (UNISC. Online), v. 1, p. 45-59, 2013.

agora em termos de governamentalidade e do esboço de um diagnóstico do presente.

Ele inicia de maneira surpreendente, apontando a possibilidade de uma releitura de seus trabalhos a partir do desdobramento de três ontologias históricas: uma, tratando da objetivação dos sujeitos em relações com a verdade do discurso, outra, colocando em questão a sua objetivação em práticas de produção e individualização de corpos, e uma terceira, problematizando modos e formas de subjetivação, quando o sujeito se coloca como objeto para trabalhos sobre si mesmo.

O emprego do termo ontologia aqui merece algumas considerações: não se trata do sentido usualmente aplicado na tradição da filosofia moderna, que toma ontologia de forma essencializada, como filosofia do sujeito. Trata-se aqui de ontologias históricas – formas históricas de existência, experiências históricas, coletivas – aquilo a que ele se refere como ontologias históricas de nós mesmos, constituídos como sujeitos em jogos de saber, práticas de poder e relações, trabalhos sobre nós mesmos. Isso aponta para a perspectiva de uma história do presente em seus trabalhos, colocada como análise diagnóstica do tempo presente, crítica da nossa própria experiência histórica, daquilo que somos.

Tal perspectiva requer, então, algumas necessidades conceituais para o tratamento adequado do problema. Ele sugere que, como ponto de partida, perguntemos não o que é o poder? ou de onde ele vem? mas como funciona? e, como se exerce o poder? questão bem mais concreta e direta. Descentrar a análise do porquê para o como implica, segundo ele, uma série de deslocamentos críticos em torno da suposição de um poder fundamental, colocando sob suspeita sua própria existência e tomando como objeto não um poder essencializado, substancializado, mas as relações de poder em sua operatividade.

Excluindo o poder que se exerce sobre coisas, o exercício de poder que aqui interessa implica ação de uns sobre outros, uma ação sobre outras ações, atuais ou futuras, pondo em correlação dois ou mais sujeitos, envolvendo a possibilidade de resistência e reversão do sentido de aplicação da força. Significa, então, que as relações de poder não são da ordem da violência, nem do consentimento ou consenso, nem da renúncia a uma liberdade ou transferência de um direito – elas são estratégicas e devem ser analisadas da perspectiva da sua mobilidade. Segundo ele, talvez o melhor termo para designar tais fenômenos seja a palavra conduta, entendida como condução dos outros, condução pelos outros, e condução de si mesmo – governo de si – resultando na condução das condutas como modalidade de governo. Decorre disso que poder é algo que se exerce sobre sujeitos livres, colocados diante de um campo aberto de possibilidades de conduta e de conduzir-se.

A partir das necessidades conceituais apontadas, Foucault apresenta novas orientações para a análise de relações de poder, que também devem ser tomadas como prescrições de prudência:

- o sistema das diferenciações – diferenciações jurídicas, econômicas, sociais, étnicas, linguísticas, culturais, de habilidades e competência, que permitem agir sobre a ação de outros;
- o tipo de objetivos perseguidos por aqueles que agem sobre a ação de outros;
- as modalidades instrumentais, relativas às formas como o poder é exercido, seus modos de operação, suas regras, seus arquivos, articulações, instrumentos e mecanismos aplicados, suas formas de controle, de vigilância;
- formas de institucionalização – seus suportes institucionais, regulamentos, estrutura hierárquica – sua organização estratégica – e suas relações com dispositivos e aparelhos diversos;
- os graus de racionalização indicando o nível de elaboração e complexidade da tecnologia de poder empregada, expondo as racionalidades específicas que sustentam suas práticas.

Eis porque a análise das relações de poder numa sociedade não pode se prestar ao estudo de uma série de instituições, nem sequer ao estudo de todas aquelas que mereceriam o nome de “política”. As relações de poder se enraízam no conjunto da rede social. Isto não significa, contudo, que haja um princípio de poder, primeiro e fundamental, que domina até o menor elemento da sociedade; mas que há, a partir desta possibilidade de ação sobre a ação dos outros (que é co-extensiva a toda relação social), múltiplas formas de disparidade individual, de objetivos, de determinada aplicação do poder sobre nós mesmos e sobre os outros, de institucionalização mais ou menos setorial ou global, organização mais ou menos refletida, que definem formas diferentes de poder. As formas e os lugares de “governo” dos homens uns pelos outros são múltiplos numa sociedade: superpõem-se, entrecruzam-se, limitam-se e anulam-se, em certos casos, e reforçam-se em outros.” (FOUCAULT, 1995, p. 247).

As implicações estratégicas das relações de poder são também objeto dessa reflexão, quando ele destaca três sentidos atribuídos à palavra estratégia: designando a racionalidade aplicada para atingir determinados objetivos; designando a maneira pela qual alguém busca levar vantagem sobre outrem num jogo; e referindo-se aos meios empregados para se obter uma vitória. Em seguida, argumenta que a análise das relações de poder quanto às estratégias

empregadas deve levar em conta, de maneira distinta, os três sentidos do termo, expondo os meios utilizados para se chegar a uma fim; as maneiras como alguém age em função daquilo que estima ser a ação dos outros, e daquilo que acredita que outros estimarão ser a dele; dando visibilidade, ainda, ao conjunto de procedimentos empregados num confronto, visando privar o adversário dos seus meios de combate e levá-lo à rendição.

As estratégias de luta são aquilo que imprime movimento, articula, dá sentido e direção às relações de poder e correlações de força em jogo num campo. São os jogos de poder que estão em questão na análise das estratégias, que objetiva por à vista mecanismos de poder, para, então, desmontá-los. Isso diz respeito também à análise de dispositivos: expor seus jogos, estratégias e linhas, visando seu desmonte.

Nesse texto ele chama ainda a atenção para as características de uma nova economia das relações de poder que nos é contemporânea, implicando uma nova perspectiva dos enfrentamentos cotidianos e envolvendo a análise de práticas de resistência, atenta à diversidade das lutas transversais. Estas novas formas de luta não se configuram como lutas antiautoritárias contra o Estado ou o Capital, mas são enfrentamentos mais imediatos, que questionam o estatuto do indivíduo, recusam o governo pela individualização e colocam em questão: quem somos nós? Tudo isso implica lutas por novas formas de subjetividade.

Em suma, o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto “tal ou tal” instituição de poder ou grupo ou elite ou classe, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder.

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a. (FOUCAULT, 1995, p. 235).

As lutas transversais escapam à racionalidade, às articulações, modos de organização e operação das lutas políticas verticais, já tradicionais, contra o Estado e o Capital, mobilizando-se em torno de temas e problemas diversos – questões concretas atuais – agenciando e articulando práticas de resistência, envolvendo a recusa de formas de individualidade, de identidade e subjetividade, exercendo-se pela afirmação do direito à diferença. Esta passagem do texto trata desta questão:

Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste “duplo constrangimento” político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

A conclusão seria que o problema político, ético, social e filosófico de nossos dias não consiste em tentar liberar o indivíduo do Estado nem das instituições do Estado, porém nos livrarmos tanto do Estado quanto do tipo de individualização que a ela se liga. Temos que promover novas formas de subjetividade através da recusa desta tipo de individualidade que nos foi imposto há vários séculos. (FOUCAULT, 1995, p. 239).

Como decorrência, esse tipo de enfrentamento social exige do intelectual uma postura muito diferente da tradicional: um deslocamento da figura do intelectual engajado, ativista, “orgânico”, para a figura do intelectual específico, que não é o intelectual revolucionário, nem mesmo o intelectual escritor, teórico, generalista, muitas vezes, humanista, mas alguém que se ocupa de questões mais específicas, concretas e imediatas, comprometido com a perspectiva de uma história presente, colocando em questão aquilo que somos e o mundo no qual vivemos.

### **Apontamentos finais**

Esta reflexão metodológica não teve a intenção de reunir elementos para unificar um método genealógico no contexto dos estudos históricos de Foucault, ao contrário, percorreu trajetos, expôs diferenças e desníveis de tratamento metodológico em diferentes momentos em relação a temas, problemas e questões diversas. Ela vale mais como esforço no sentido de mostrar múltiplas possibilidades de aplicações genealógicas a variadas situações e problemas do nosso tempo presente do que serve como instrumento de sistematização e prescrição de “procedimentos” genealógicos. Foram percorridas aqui estas trajetórias metodológicas: da análise das proveniências e emergências; da objetivação dos corpos pelas disciplinas; da analítica do(s) poder(res) e da análise das práticas de resistência, mas existem outras possíveis, tantas quanto possíveis estudos e aplicações genealógicas a diferentes questões.

Cumpra agora finalizar reforçando alguns aspectos importantes a serem considerados numa análise genealógica:

- a análise genealógica é histórica: uma possibilidade, uma perspectiva, uma formulação estratégica para olhar, estudar, escrever e agir em relação aos acontecimentos históricos – um modo crítico e político de se escrever e produzir história;

- a história genealógica é crítica dos nossos modos de vida e de ser, é descontínua, alheia a periodizações, teleologias e sentidos históricos, e atenta às rupturas e acontecimentos, portanto, descentrada de “marcos” e de sujeitos geniais;
- o poder que é objeto de uma análise genealógica não é poder do Estado, das leis, das instituições; poder burocrático, formal, legalista, hierarquizado; tampouco trata-se de política partidarizada: a macropolítica. Trata-se de uma microfísica, teia de relações; biopoderes: disciplinas, biopolíticas; práticas de normalização, de objetivação, de subjetivação; também de dispositivos, no sentido do seu enfrentamento e da sua desmontagem;
- o jogo da norma ocupa um lugar central na economia de poder moderna e, portanto, em qualquer análise genealógica. Por se sustentar em saberes científicos a norma encontra-se naturalizada em nossa cultura como critério legítimo de julgamento de características de um indivíduo ou de comparação entre sujeitos, exercendo ações discretas de marcação, nomeação, patologização, exclusão, quando não de “correção” ou “ortopedia” de desvios; A norma opera como prática de normalização e regulação de condutas individuais e coletivas, sendo uma das ações básicas de um dispositivo de poder;
- o corpo e o dispositivo são elementos centrais numa análise genealógica: o corpo como objeto, como produto e o dispositivo como modo de operação, de produção de verdades, de realidades, de sentidos, mas também de objetos, de corpos individuais e coletivos, de subjetividades e modos de vida concretos. Os dispositivos são também elementos fundamentais da política contemporânea, justamente pelos efeitos normalizadores, objetivantes e subjetivantes de suas ações, que acabam mobilizando resistências e enfrentamentos;
- no contexto das análises genealógicas sobre a produção de corpos e subjetividades não se pode desligar práticas de objetivação e de subjetivação, ao contrário, na produção de sujeitos concretos trata-se sempre de jogos de objetivação e de subjetivação;
- as análises genealógicas de Foucault apresentam desníveis de tratamento em problematizações diversas além de abrir-se para análises cartográficas, justamente pela questão do enfrentamento aos dispositivos. Elas se abrem ainda para a formulação de uma genealogia da ética à medida que deslocam o olhar da análise das práticas de objetivação dos sujeitos para práticas e modos de subjetivação;

- por tudo isso, deve-se reafirmar o caráter móvel, flexível, estratégico e político do “método”, da aplicação genealógica;

Apesar dos deslocamentos metodológicos a genealogia não deve ser entendida nem aplicada sem conexão com os outros métodos propostos por Foucault. Não se trata de afirmar que no deslocamento da arqueologia do saber à genealogia do poder as problematizações arqueológicas foram abandonadas e substituídas por preocupações e procedimentos genealógicos, como não se trata também de pensar que na passagem da genealogia do poder à genealogia da ética a questão do poder e da objetivação dos corpos saia de cena e simplesmente dê lugar a análises de práticas de subjetivação e de relações dos sujeitos consigo mesmos. Mais que substituição ou superação trata-se de incorporação de um método por outro: assim como uma genealogia de relações de poder contempla uma dimensão de análise arqueológica de discursos e enunciados, uma genealogia de relações éticas, ou, das práticas e trabalhos do sujeito em relação a si mesmo, coloca em correlação análises de jogos de objetivação e de subjetivação no sentido de compreender como um sujeito – histórico – se torna aquilo que ele é.

Melhor recorrer aqui à figura do prisma para dar conta deste movimento metodológico observável nos estudos de M. Foucault. É como se houvesse um prisma metodológico trifacetado através do qual se pode perspectivar um acontecimento ou uma experiência histórica. As três faces desta figura são um núcleo imbricado de problematizações dispostas em três eixos de análise: saber, poder e subjetividade. Quando se olha pela lente do saber predomina uma análise arqueológica de discursos e jogos de verdade, ficando as práticas de objetivação e subjetivação dos sujeitos em segundo plano. Quando se olha pela lente do poder predomina uma análise de práticas e modos de objetivação de corpos e subjetividades, ficando os jogos de verdade e de subjetivação num segundo plano. Por fim, quando se olha pela lente das subjetivações o que predomina é uma análise das relações éticas e trabalhos do sujeito consigo mesmo, ficando os jogos de verdade e de objetivação dos sujeitos em segundo plano.

## Referências

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: MACHADO, R. (Org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15-37.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. O sujeito e o poder. In: RABINOW, P. & DREYFUS, H. **M. Foucault: uma**

**trajetória filosófica.** Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1995, p. 231-249.

PRADO FILHO, K. Uma história crítica da subjetividade no pensamento de Michel Foucault. In: FALCÃO, L. F. & SOUZA, P. (Orgs.). **Michel Foucault: perspectivas.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2005, p. 41-50.

PRADO FILHO, K. Uma genealogia das práticas de normalização nas sociedades ocidentais modernas. In: CAPONI, S.; VERDI, M.; BRZOZOWSKY, F. S. ; HELLMANN, F. (Orgs.). **Medicalização da vida: ética, saúde pública e indústria farmacêutica.** Palhoça, SC: EDUNISUL, 2010, p. 183-191.

PRADO FILHO, K. & TETI, M. M. A cartografia como método para as ciências humanas e sociais. **Barbaroi** (UNISC. Online), v. 1, p. 45-59, 2013.

Submissão em: 12/01/2017

Aceite em: 09/08/2017

*Kleber Prado Filho* é graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1977) com mestrado em Administração pela Universidade Federal de Santa Catarina (1989) e doutorado em Sociologia pela Universidade de São Paulo (1998), além de pós-doutorado em História pela Unicamp. É professor do departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, atuando na graduação e pós-graduação nas áreas de Ética, Pesquisa, Epistemologia, História, teorias e sistemas em Psicologia, envolvendo temas relativos a subjetividade, relações com a verdade, relações de poder e governamentalidade. Desenvolve pesquisas a partir da abordagem de Michel Foucault. Autor de uma trilogia a respeito de Foucault e atualmente trabalha em um projeto de pesquisa relativo a uma arqueologia das Ciências Humanas a partir desta perspectiva.

Endereço:

E-mail: [kleberprado.psi@gmail.com](mailto:kleberprado.psi@gmail.com)